

Espaços Políticos: Participação e Representatividade

Secretário de Educação e Esportes

Alexandre Schneider

Secretária Executiva de Gestão de Rede

Karen Martins Andrade Pinheiro

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação

Tárcia Regina da Silva

Secretário Executivo do Ensino Médio e Profissional

Gilson Alves do Nascimento Filho

Secretário Executivo de Articulação Municipal

Natanael Silva

Secretário Executivo de Administração e Finanças

Gilson Monteiro Filho

Secretário Executivo de Obras

Rafael Cunha

Secretário Executivo de Esportes

Luciano Leonídio

Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas

Rafaela Ramos

CADERNO DO ESTUDANTE

Elaboração

Leticia Ramos

Equipe de coordenação

Janine Furtunato Queiroga Maciel

**Gerente de Políticas Educacionais do Ensino Médio
(GGPEM/SEMP)**

Rômulo Guedes e Silva

**Gestor Pedagógico do Ensino Médio
(GGPEM/SEMP)**

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza

**Chefe da Unidade de Formação e Currículo do Ensino Médio
(GGPEM/SEMP)**

Revisão

Ana Caroline Borba Filgueira Pacheco

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza

Sumário

Introdução	3
Conceitos- bases I	3
Roteiro de Atividades I	5
Conceitos-bases II	5
Roteiro de Atividades II	6
Conceitos-bases III	7
Roteiro de Atividades III	8
Conceitos-bases IV	9
Roteiro de Atividades IV	10
Conceitos-bases V	10
Roteiro de Atividades V	11
CULMINÂNCIA:	11
Referencial bibliográfico	12

Introdução

Olá **Estudante**,

Este caderno foi escrito especialmente para você, estudante do ensino médio noturno, que tem uma dinâmica diferente em seu cotidiano. Aqui você encontrará uma abordagem sobre a unidade curricular **Espaços Políticos: Participação e Representatividade** de maneira diversa do ensino médio diurno, com atividades e formas de discussão das temáticas de maneira mais próxima, mediada por este caderno. Dúvidas podem ser tiradas com seus professores, sejam eles os tutores ou não.

A Unidade Curricular **Espaços Políticos: Participação e Representatividade** - presente na *Trilha Diversidade Cultural e Territórios* no Novo Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco - tem o objetivo de aprofundar conhecimentos que você já estudou na Formação Geral Básica (FGB), do nosso currículo. Nesta unidade curricular, estaremos juntos desenvolvendo atividades que possam potencializar seus conhecimentos e aprimorar habilidades nos eixos estruturantes: *Mediação e Intervenção Sociocultural*.

De acordo com os estudos em relação a *Espaços Políticos: participação e representatividade*, percebe-se que esta temática se mostra de grande relevância no processo de ensino e aprendizagem, porque promove o debate acerca dos direitos e deveres de participação ativa nos espaços políticos, sobre representação, formulação e aplicação de políticas públicas e/ou eleitorais que envolvam a vida em sociedade.

Vamos iniciar nossos estudos para trilhar os caminhos do conhecimento, aumentando nossa bagagem intelectual!

Conceitos-bases I

Espaços Políticos no Brasil e no Mundo

O conceito de espaço político foi utilizado pela primeira vez por Anthony Downs (1957) como o espaço da competição eleitoral, na qual eleitores racionais se agrupam em *direita* ou *esquerda*.

Apesar da origem na ciência política esse conceito foi apropriado pela geografia no sentido de ressaltar a interação entre o espacial e o político a espacialidade da política ou mesmo a ideia de que há uma essência política no espaço, apontada por Lefêbre (1974).

Segundo Gomes (2012, p. 37) o espaço político torna-se um objeto da geografia, pois, trata-se de uma disposição física das coisas e das práticas sociais que ali ocorrem. O espaço (político) é política (no espaço). E deve ser pensado em referência entre a ligação entre a praça e o palácio.

Admitindo a polissemia do termo *espaço político*, aqui neste caderno, destacamos o uso dessa concepção pelos Movimentos Sociais (MPs) e atos políticos, na medida em que os movimentos são identificados como

Ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes interorganizacionais(sic), por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas, seja de classes sociais, gênero, raça, etnia e geração (ILSE SCHERER-WARREN, 2014).

Nas Ciências Sociais os espaços políticos foram categorizados como espaços de lutas, de mobilizações por direitos, envolvimento dos

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

cidadãos na governança, espaços de reivindicações, de protestos¹. Recentemente, os espaços políticos das redes virtuais, que, embora sem materialidade, são importantes por conectarem movimentos em diferentes lugares do globo ou por facilitarem a conexão entre o espaço virtual e o espaço concreto das mobilizações.²

Assim, o espaço político é um tipo de locus, ao mesmo tempo de encontro, de debates e acordos sobre interesses conflitantes. Pode ser ou não visível e acessível a todos, porém, personifica a materialidade inerente à vida política que supõe não apenas pensar e falar, mas também o agir (CASTRO, 2012).

Na Antiguidade, os espaços políticos foram representados pelas praças.



¹ Daniel, 2002; Koebel, 2011; Holston, 2013; Cornwall, 2002, 2007; Brockett, 2015.

² CASTELLS, 2013; SMITH, 2015; DEANGELIS, 2015.

Disponível

em:

<https://greece.vivato.co.il/pt/atra%C3%A7%C3%A3o/o-centavo/>. acesso em: 20 jul. 2024.

Em Atenas existia a *Ágora* – uma praça pública onde os cidadãos debatiam sobre todos os temas e exerciam a democracia direta. Era um espaço público fixo e permanente, onde todos - tidos como cidadãos à época -, tinham igual direito a voz e voto.

Mosaico de Imagens - Diversidade de espaços políticos



Fonte: elaborado pela autora

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Leticia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

Roteiro de Atividades I

1. Após ler o material acima e ponderar sobre as considerações feitas por sua/seu professor/a e colegas em sala de aula, responda:

- O que são espaços políticos?
- Como os espaços políticos se apresentam no Brasil e no mundo?
- Qual a relação entre espaços políticos e movimentos sociais?
- Comente as fotos acima do mosaico de imagens - diversidade de espaços políticos.

Conceitos-bases II

Espaços onde ocorrem a política no município.

Os municípios constituem as unidades de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil, porém, não menos importante. Lá, também, há diferentes maneiras de participar ativamente da política além das formas tradicionais (como se candidatar a um cargo eletivo, filiar-se ou apoiar um partido político). Ao longo do tempo, tornou-se possível atuar em um conjunto de espaços de participação social garantidos por lei ou até mesmo criar novas formas e estratégias para influenciar as políticas e decisões públicas.

A Constituição de 1988, prevê a possibilidade de exercício direto do poder pela população em diversos mecanismos, como por exemplo:

- ✓ instrumentos de soberania popular extensivos aos Municípios, como o plebiscito e o referendo (art. 14, incisos I e II).
- ✓ Iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou dos bairros, mediante manifestação de,

pelo menos, 5% do eleitorado (art. 29, XIII), e à cooperação das associações representativas no planejamento municipal (art. 29, XII).

Vejam algumas possibilidades de atuação como um cidadão protagonista e ativo no controle social e participação nas decisões públicas municipais.

- ✓ Conhecer mais sobre os Conselhos temáticos da cidade e participar de algum deles, como o Conselho da Saúde, da Educação, do Meio Ambiente, entre outros.
- ✓ Conhecer o Plano Diretor de sua cidade.
- ✓ Pesquisar nos Portais da Transparência (da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e de Autarquias municipais), as licitações, os gastos e as receitas, verificando se as informações contidas estão de acordo com a Lei nº 12.527 de Acesso à Informação (para municípios com até 10 mil habitantes).
- ✓ Participar das Conferências temáticas que ocorrem a cada dois anos em sua cidade, visando debater e elaborar propostas de políticas públicas municipais.
- ✓ Organizar um grupo de acompanhamento das sessões legislativas que monitore de perto todo o trabalho realizado pelos vereadores. Ou adotar um vereador para monitorar o desempenho dele.
- ✓ Criar um “Observatório cidadão” que possa acompanhar as metas municipais determinadas pela Prefeitura e monitorar as políticas públicas da cidade.
- ✓ Solicitar o compromisso do Prefeito e dos Vereadores com o Programa Cidades Sustentáveis.
- ✓ Utilizar alguns aplicativos cívicos e aproveitar a tecnologia a favor da participação e do controle social.

CADERNO DO ESTUDANTE

- ✓ Articular ou engajar-se em coletivos ou movimentos sociais dos quais se identifique e, assim, provocar melhorias na cidade.
- ✓ Propor a criação de fóruns que discutam políticas públicas da cidade acerca de temas como, por exemplo: “resíduos sólidos”, “mobilidade urbana”, “habitação”, “transporte público”
- ✓ Articular um grupo de estudos para monitorar alguma área/política pública da cidade (como o Transporte Público, por exemplo) e divulgar boletins para a população.
- ✓ Convidar o Conselho tutelar, Ongs, Sindicatos, Associações de Moradores para o diálogo acerca do papel de cada uma dessas entidades no município.

Outras ações na escola

- ✓ Organização e participação nos Grêmios Estudantis.
- ✓ Participação ativa no Conselho Escolar.
- ✓ Participação na eleição direta da gestão escolar.

Fonte: <http://www.politize.com.br/cidadania-23-formas-de-exercer>

Mosaico de Imagens – Política no município



Fonte: elaborada pela autora



Ampliando o olhar

Vídeo Política Municipal e Regional - O Município do Brasil
<https://www.youtube.com/live/ggZ0ZrQeYjA?si=ZMBSLPqG1p80eAXB>.

Roteiro de Atividades II

Pesquise e responda:

1. Qual a importância da Câmara Municipal nas decisões sobre a administração da cidade?
2. Quais as atividades dos Vereadores?
3. Qual o Movimento Social (MS) mais atuante em sua cidade? De que forma esse MS atua?
4. Para que serve o Portal da Transparência de Pernambuco?
5. Você é um cidadão ativo em seu município? De que forma? Como pretende iniciar/melhorar sua atuação?

Conceitos-bases III

Modos de Participação Política

A participação da sociedade civil tem sido fundamental para a construção e consolidação da democracia no Brasil, bem como pelos avanços de direitos e representatividade. Participar é uma prática social

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

cujo conceito emerge no final dos anos 1960 vinculado à reivindicações estudantis e à luta de grupos pelos direitos já instituídos (PATEMAN, 1992).

Para Bordenave (1992) participação deriva da palavra “parte” que significa fazer parte, tomar parte ou ter parte de forma ativa ou passiva. Segundo ele, para os progressistas, a “participação facilita crescimentos da consciência crítica da população, fortalece poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994, p. 12).

Essa expressão é utilizada de forma abrangente, com várias interpretações e varia de contexto histórico, social e político. Portanto, *participar politicamente* vai além do ato de votar e ser votado.

De La Fuente *apud* Gorczewski (2018, p. 154-55) aponta cinco formas de participação política:

- a) participação eleitoral: o simples ato de votar, quer em eleições, referendos ou plebiscito;
- b) Participação em campanhas: participar ativamente em campanhas eleitorais;
- c) Participação em organizações políticas: ser membro ativo e/ou participar das atividades de um partido ou grupo, associação ou qualquer plataforma de caráter político ou candidatar-se a um posto eletivo institucional.
- d) Participação-contato: contatar diretamente os representantes políticos e/ou os meios de comunicação para tratar de questões públicas (pedir audiências ou entrevistas, mandar mensagens, e-mails etc.);
- e) Participação-protesto: expressar rechaço a uma determinada situação ou circunstância política (participar de manifestações,

“boicotar” determinados produtos e/ou empresas por razões políticas, fazer passeatas etc.).

O referido autor explica que os pontos referidos acima retratam a participação política autêntica, isto é, aquela que leva em consideração as relações de poder e a luta pela igualdade de direitos, e explica que existem formas de participação que são verdadeiras negação à participação política, a saber:

- ✓ a participação manipulada,
- ✓ a participação decorativa (indivíduos que se fazem presentes objetivando um espetáculo, um lanche ou um sorteio de brindes) e a
- ✓ a participação simbólica (indivíduos que são chamados para manifestar-se e a sua manifestação não possui qualquer influência no curso do evento).

Endossamos que a participação política envolve a possibilidade de influenciar efetivamente as políticas locais, regionais, nacionais e internacionais, a partir de ações intencionais para impactar agendas públicas.

Mosaico de Imagens - Modos de participação política



SEMINÁRIO
ELEIÇÕES
DEMOCRACIA
E GRUPOS
MINORIZADOS

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE



Fonte: elaborada pela autora

Roteiro de Atividades III

1. Relacione a concepção de participação política exposta acima e estudada em sala de aula a três formas/práticas de participação política citadas, a seguir.
2. Qual das práticas/formas de participação política expostas abaixo, você participa, já participou ou tem interesse em participar? Se não participou ainda, explique por quê?
3. Justifique a atuação em qualquer uma dessas três formas/práticas de participação política listadas abaixo como um indicativo de consolidação da democracia.

✓ Participar das reuniões do orçamento participativo (OP) para propor que as demandas coletivas locais entrem no orçamento público. Caso não exista uma OP em sua cidade, proponha a criação de uma na Câmara de Vereadores.

✓ Conhecer a associação de moradores, fomentando ações para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, considerando que a

associação de moradores pode ser um poderoso instrumento para a comunidade se organizar e pressionar o governo pelos seus direitos.

✓ Acompanhar as audiências públicas de sua cidade, seja para discussão do orçamento público, para definições do planejamento urbano municipal, para licenças ambientais ou tantas outras questões relevantes. Quando houver outros assuntos de relevância social, propor a realização de mais audiências junto à Câmara de Vereadores.

✓ Utilizar a ouvidoria pública do governo municipal como um canal de denúncias ou sugestões de melhorias para a cidade.

✓ Realizar um concurso municipal que vise desenvolver e premiar soluções colaborativas para problemas municipais. Uma ação como essa pode ser viabilizada, por exemplo, por meio da plataforma Cidade Democrática.

✓ Candidatar-se a delegado no OP como representante de alguma instituição.

Conceitos-bases IV

Conceitos e concepções de representação e representatividade

Etimologicamente, representação é uma palavra de origem latina, oriunda do vocábulo *repraesentare* que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Oriunda dos séculos XIII e XIV, o papa e os cardeais a utilizava para representar a pessoa de Cristo e dos apóstolos; os juristas medievais para personificar a vida coletiva. Assim, a partir daquele momento, o termo representação, passa a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”; e no latim clássico passa a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”.

Na teoria política do século XVII, o conceito de representação é usado pela primeira vez em 1651, em *O Leviatã*, de Thomas Hobbes. Para

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Leticia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

ele, uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa que obteve o consentimento de cada um dos que formam essa multidão.

Somente a partir do consentimento de cada um dos indivíduos que se institui a pessoa política única do Estado.

Assim, representar significa “fazer as vezes do outro” ou “estar no lugar do outro” em um determinado momento ou espaço. Quando alguém se apresenta como representante do bairro ou do movimento, esperamos que ele ou ela vá defender os interesses do bairro ou do movimento em um debate, já que não é possível, muitas vezes, que todas as pessoas do bairro ou do movimento estejam presentes ou se manifestem em um debate. É por isso que existem representantes: para falar em nome de outras pessoas que por algum motivo não poderão apresentar suas demandas e interesses e por isso delegam esta tarefa a uma pessoa.

Na modernidade, Norberto Bobbio (2000, p. 457) define *representação* em seu significado técnico-jurídico, como “agir em nome de alguém e por conta de um outro”. Assim, a representação é vista como um contrato: o Estado recebe a outorga de seus cidadãos para legislar, punir e fazer gestão da coisa pública, enfim, representá-los. Em contrapartida, o cidadão espera que o Estado garanta seus direitos e submete-se a cumprir seus deveres.

Como uma pessoa se torna representante de alguém? Na democracia representativa através da *autorização* da/as pessoa/as quando elegem alguém para representá-la/s. Qual o espaço político da representatividade? Sabemos que não há representação sem representatividade. No dicionário Aurélio (2001, p. 598), representatividade é a “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato (...), de exprimir-se em nome de outrem.

Para Marques (2018, p. 103) representatividade é a maneira pela qual o representante se identifica e sente-se pertencente a um grupo (...).

Enfim, concordamos que tem representatividade aquele que representa politicamente os interesses de um grupo. Portanto,

representatividade requer garantir de forma efetiva que todos os grupos sejam representados na mesma medida.

Apesar do conceito de representatividade ter origem na política e na democracia, o termo é reivindicado pela sociedade civil quando esta se organiza em movimentos identitários. Para Joan Scott (2009), representatividade envolve o reconhecimento e a manutenção entre a igualdade e a diferença, entre direitos individuais e identidades grupais.



Ampliando o olhar

Textos:

- ✓ “Representação e Representatividade” de autoria de Hannah Maruci Aflalo, in: <https://votoconsciente.org.br>.
- ✓ O Movimento Passe Livre acabou? de Legume Lucas, em 4 de agosto de 2015. Disponível em: Acesso em: 02 de março de 2024.

Filmes como:

- ✓ As Sufragistas. Uma ilustração da conquista do voto feminino.
- ✓ Milk: a voz da igualdade, de 2008. Harvey Milk.

Sites como:

- ✓ Para saber mais detalhes sobre a composição do Congresso Nacional Brasileiro, consulte os websites do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Sobre representatividade: ✓ O livro “Candidatas em jogo, A Tenda das Candidatas e ✓ Iniciativas Brasileiras

Mosaico de Imagens-Representatividade nos espaços políticos



Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE



Fonte: elaborada pela autora

Roteiro de Atividades IV

1. Você já pensou sobre quem lhe representa?
2. Quais situações ou motivações fazem você delegar sua representação para outra pessoa?
3. Qual a importância da representatividade negra nas universidades públicas?
4. Estabeleça a diferença entre representação e representatividade.
5. Comente sobre a representatividade das mulheres nas mídias sociais.

Conceitos-bases V

Desafios éticos da representação & representação e ambiente escolar



Para a Filosofia, *ética* é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos. A origem do termo *ética* deriva do grego *ethos* que significa caráter, modo de agir de uma pessoa e “costumes” traços de comportamento de uma sociedade. Assim, *ética* é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta

humana na sociedade, buscando equidade para que ninguém saia prejudicado, relacionando-se com o sentimento de justiça social. O filósofo inglês Bernard Williams (1929-2003) afirma que o objetivo da ética é responder às questões: "Como viver?" ou "Qual é o modo de vida que conduz à felicidade?".

Uma vez que a ética é uma reflexão sobre a moral, ou uma filosofia da moral. O que é moral? No latim, *éthos* é *moris*, que significa moral. Ou seja, é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e essas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano. Desse modo, moral diz respeito aos deveres impostos pela sociedade, como não roubar, não mentir, não matar, dentre outros. Conclui-se, então, que ética e moral têm sentidos diferentes. Isso nos leva a alguns questionamentos: seriam esses os princípios e desafios éticos da representação?

Sanches (2013) define representar “como exercício de se pôr no lugar do outro”, como a “capacidade de apresentar recursos comuns, no sentido identitário de uma comunidade”, ou ainda representar no sentido de “atuar por delegação de alguém, como deveriam fazer, por exemplo, os políticos eleitos, representantes de seus eleitores” (SANCHES, 2013, p.180). O autor ressalta a extrema necessidade da reflexão sobre a ética e a representação. Sobre a ética na política, desafios e princípios, podemos ler o texto

iteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/em-que-e-onde-no-bra

E sobre participação e representação no ambiente escolar, o que podemos conversar? As eleições para gestor, o Conselho de Classe e o Grêmios são dimensões dessa tríade: participação, representação e escola.

As lutas em prol da democratização, a partir da década de 1980, resultaram na aprovação do princípio da gestão democrática na educação, na Constituição Federal art.206.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem se configurado com a principal prática de participação e representação seja através das

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

eleições diretas de gestores seja mediante a implementação de Conselhos Escolares. Este entendido como um espaço de avaliação permanente, que tem como objetivo avaliar o trabalho pedagógico e as atividades da escola.

Para além dos muros da escola, a Associação de pais e mestres é um mecanismo e espaço político de participação da comunidade na escola e de aproximação entre os pais e a instituição fortalecendo a democratização da gestão.

Por sua vez, o grêmio estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei nº 7.398/85, caracterizando-o "como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição" (VEIGA, 1998, p. 122).

Tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, à medida que se constitui numa "instância onde se cultiva o interesse do aluno, para além da sala de aula" (Veiga, 1998, p. 113). Constituindo-se, desse modo, num laboratório de aprendizagem da função política da educação e do jogo democrático, desde a participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios.



Ampliando o olhar

Filmes

✓ “A voz do coração” (2003) que trata da educação em direção à autonomia in:

http://www.interfilmes.com/filme_14884_a_voz_do_coracao.html

✓ “O jarro” (1992) que trata da construção da moral por meio da vivência moral, refletindo sobre a conservação de valores em uma personalidade ética, in: <http://www.terra.com.br/cinema/drama/jarro.htm>

Roteiro de Atividades V

1. Reflita sobre a frase: *de que adiante somente eu ser ético?*
2. Liste alguns casos sobre ética na política ou a falta dela.
3. Em sua escola existe um Conselho Escolar? Como está organizado? Você participa?
4. Você conhece um grêmio estudantil? Como ele funciona? Pesquise sobre esse tema e discuta em classe com os colegas e a/ao professor/ra.
5. Em sua escola tem Associação de Pais? Se sim ou não, explique a importância de uma na instituição escolar.

CULMINÂNCIA:

Agora com seu professor-tutor - Elabore uma exposição de um mural com registros de experiências de representação e representatividade promovida e vivenciada na escola.

Caro, estudante, é importante rever os conhecimentos estudados anteriormente, para realizar esta etapa.



Hora da avaliação!

Como seu professor-tutor vai avaliar você?

Você será avaliado de forma contínua pelo conjunto de atividades oferecidas neste caderno.

O quadro abaixo apresenta as etapas de avaliação do terceiro momento – **culminância**.

Qualquer dúvida dialogar com seu professor-tutor.

CADERNO DO ESTUDANTE

Critérios para avaliação

- Apresentou as etapas inadequadamente (**Insatisfatório < 4**);
- Apresentou só mural ou só o vídeo (**Elementar 4-6**);
- Apresentou o mural e o vídeo, mas sem as atividades ao longo do caderno (**Parcialmente satisfatório 6-8**);
- Apresentou o vídeo e o mural com todas as atividades ao longo do caderno (**Satisfatório 8-10**).

Referencial bibliográfico

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 4 ed. São Paulo: UNB, 2002.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOWNS, Anthony (1957). Espaço político. In: CASTRO. Elias Iná de. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Julho-Setembro, 2018.

_____. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTRO, Iná E. (2012) O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: Castro, I. E. Gomes, P. C. C.,; Correa, L. (Orgs.) Olhares geográficos, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand

GOMES, Paulo Cesar C. (2012) GOMES, Paulo Cesar da Costa (1997). “Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões”. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.

GORCZEVSKI, Clovis & MARTIN, Nuria Belloso. Cidadania, democracia e participação política [recurso eletrônico]: os desafios do século XXI / Clovis Gorcevski, Nuria Belloso Martin. - 1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018. In: www.unisc.br/edunisc

LEFEBVRE, Henri. (1974) In: CASTRO. Elias Iná E. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer? In: Revista do Programa de

Este material foi produzido a partir do Material de Apoio a ação Docente, disponível em: [Espaços Políticos - Participação e Representatividade](#).

Autora: Letícia Ramos.

CADERNO DO ESTUDANTE

Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES.
Julho-Setembro, 2018.

MARQUES, E. P. D. S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. e230098, p. 1-23, dez. 2018.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/29/9>. Acesso em: mar. 2024.